



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

JORNAL DA UNICAMP

ED. 681

Campinas, 5 a 31 de dezembro de 2022

www.unicamp.br/ju

Obra (de) gigante

Élide Valarini Oliver, professora da Universidade da Califórnia, descreve os processos de sua tradução de toda a obra de François Rabelais, criador dos gigantes Gargantua e Pantagrue. **6**

A indústria sucroenergética e os efeitos da vulnerabilidade territorial em municípios **2**

Pesquisa avalia razões da escolha do consumidor por alimentos orgânicos **3**

Docente da FOP ajuda a elaborar manual de prevenção do câncer de boca da OMS **4**

Demógrafo analisa desafios de japoneses nos principais movimentos migratórios **5**

Plataforma detecta presença de agrotóxicos em legumes e hortaliças **9**

MPT, IBGE e Unicamp vão mapear 'uberização' do trabalho em todo o país **11**

Foto: Antonio Scarpinetti

Setor sucroenergético expõe cenários contrastantes

Estudo aponta vulnerabilidade territorial em municípios cuja economia depende da agroindústria canavieira

ELIANE FONSECA DARÉ
Especial para o *Jornal da Unicamp*



Lavoura de cana-de-açúcar no interior de São Paulo: agroindústria canavieira atua como principal atividade econômica em municípios com baixa densidade demográfica

A indústria sucroenergética gera empregos, é fonte de arrecadação de diversos tributos e tem participação fundamental na matriz produtora de energia renovável. A moagem de cana-de-açúcar no Centro-Sul do Brasil para 2023/24 foi estimada em cerca de 580 milhões de toneladas, de acordo com a *Forbes Agro/Reuters*. Mas que reflexos disso são percebidos nas economias locais produtoras? Uma tese defendida por Henrique Faria dos Santos no Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp, aponta uma realidade contraditória: enquanto o setor é responsável por manter o país em posição de destaque no mercado internacional, no âmbito local, isto é, nos municípios cuja economia é fortemente baseada nesse setor, prevalecem a apreensão e a insegurança.

A pesquisa, orientada pelo docente Ricardo Abid Castillo e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), teve por objetivo analisar como o setor sucroenergético promove uma exacerbada especialização regional produtiva e como a crise experienciada pelo segmento na década de 2010 evidenciou situações de vulnerabilidade territorial dos municípios envolvidos nessa dinâmica produtiva.

Em algumas cidades com baixo patamar demográfico, a agroindústria canavieira atua como principal atividade econômica, o que torna o município altamente dependente desse setor e inibe uma maior diversificação da economia. “Há uma vulnerabilidade territorial, com potencial de gerar danos nos municípios, em decorrência do fechamento de uma usina sucroenergética”, aponta Santos.

Segundo ele, a crise financeira internacional de 2007-2008, agravada por uma série de fatores conjunturais do país e técnico-estruturais da agroindústria, evidenciou tal vulnerabilidade dos municípios produtores de cana-de-açúcar. “Várias cidades entraram em crise econômica após a interrupção das operações de usinas que estavam em recuperação judicial, em situação de falência ou que simplesmente foram desativadas por corte de custos de grupos usineiros”, explica.

O fechamento de usinas tem impactos na economia local, tais como a demissão em massa de trabalhadores; a queda da renda dos produtores que cultivam cana-de-açúcar ou que arrendam terras para a atividade; o

fechamento de empresas que antes prestavam serviços para as usinas; a redução da atividade comercial; a queda na arrecadação de impostos das prefeituras; entre outros. Uma implicação grave é o atraso ou não pagamento de dívidas com funcionários, fornecedores, proprietários de terra e prefeituras. A insegurança relacionada ao emprego, somada ao risco de danos ao comércio e à arrecadação fiscal das prefeituras em razão de decisões dos usineiros em encerrar repentinamente as operações agroindustriais, revela a realidade contraditória do setor.

Em seu estudo, Santos pesquisou municípios em Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul onde havia pelo menos uma usina sucroenergética instalada e/ou que possuíam mais de mil hectares de cana-de-açúcar plantados em 2019. O pesquisador entrevistou representantes de prefeituras e de usinas sucroenergéticas em recuperação judicial, sindicalistas, fornecedores de cana-de-açúcar, produtores rurais e comerciantes.

O quadro de vulnerabilidade, que abrange uma quantidade significativa de municípios, não se atrela somente à elevada especialização das economias locais e grande dependência da atividade sucroenergética. “Isso se deve também ao fato de o setor ter passado, com a recente crise, por um processo de centralização do capital, isto é, um contexto em que houve várias aquisições de usinas em dificuldade financeira por grupos empresariais maiores e fusões entre grandes grupos a fim de concentrar o mercado de açúcar, etanol e bioeletricidade, o que diminuiu o número de grupos usineiros no país”, elucida Santos.

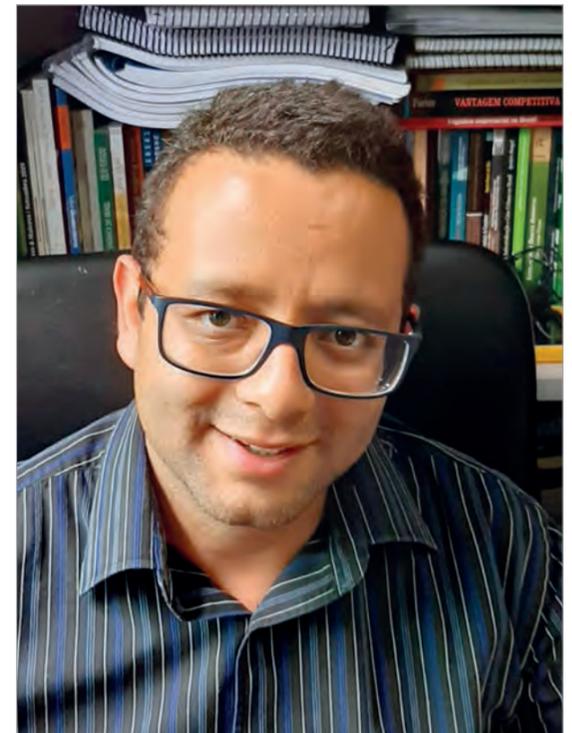
Apesar de terem uma maior solidez de capital e atuarem também em outros setores, esses grupos detêm muitas usinas e têm registrado elevado nível de endividamento e prejuízos em seus balanços contábeis. Por isso, tais grupos podem se tornar mais vulneráveis financeiramente, fazendo crescer o risco de fecharem usinas menos eficientes visando à redução de custos operacionais.

De acordo com um levantamento realizado por Santos, até setembro de 2020, foram identificadas quase cem usinas em situação de recuperação judicial, das quais 65 ainda estão em operação. Também foram identificados 583 municípios com média ou alta pro-

pensão de serem atingidos por uma crise econômica no caso de fechamento dessas agroindústrias.

O fechamento de usinas não impacta todos os municípios da mesma forma. “Cada um possui características geográficas distintas e formas de uso do território que permitem que alguns sejam mais ou menos diversificados economicamente”, explica. A resiliência econômica territorial, ou seja, a capacidade do município de resistir ou de se recuperar da crise provocada pelo fechamento de uma usina, depende de alguns fatores. Segundo o pesquisador, devem ser levados em conta as políticas públicas, a localização, a infraestrutura e os recursos naturais.

Foto: Divulgação



Henrique Faria dos Santos, autor da tese: “Várias cidades entraram em crise econômica após a interrupção das operações de usinas”



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor Antonio José de Almeida Meirelles Coordenadora Geral da Universidade Maria Luiza Moretti Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário Fernando Sarti Pró-Reitor de Pesquisa João Marcos Travassos Romano Pró-Reitor de Graduação Ivan Felizardo Contrera Toro Pró-Reitor de Extensão e Cultura Fernando Antonio Santos Coelho Pró-Reitora de Pós-Graduação Rachel Meneguello Chefe de Gabinete Paulo César Montagner Chefe de Gabinete Adjunta Adriana Nunes Ferreira

JORNAL DA UNICAMP

Direção da Secretaria Executiva de Comunicação Marcos Aparecido Lopes, Christiane Neme Campos Editor-chefe Álvaro Kassab Editoras Patrícia Mariuzzo, Raquel do Carmo Santos Chefia de reportagem Rachel Bueno Reportagem Carmo Gallo Netto, Felipe Mateus, Hebe Rios, Hélio Costa Júnior, Juliana Franco, Liana Coll, Paula Penedo Pontes, Tote Nunes Fotos Antoninho Perri, Antonio Scarpinetti, Felipe Bezerra Projeto gráfico Luis Paulo Silva Editores de arte Alex Calixto de Matos, Paulo Cavalheri Atendimento à imprensa Ronei Thezolin, Sophia Angeli Revisão Júlia Mota Silva Costa, Rodrigo Campos Castro Coordenadora do núcleo audiovisual Patrícia Lauretti Supervisora de TI Laura de Carvalho Freitas Rodrigues Acervo Maria Cristina Ferraz de Toledo Banco de imagem André da Silva Vieira Tratamento de imagens Renan Garcia Redes sociais Bruna Mozer, Octávio Augusto Bueno da Fonseca da Silva Serviços técnicos Alex Matos, Américo Garcia Filho, Elisete Oliveira Silva, Mateus Fioresi, Selvino Frigo Agradecimentos André Gustavo Gontijo Penha Impressão Gráfica Pigma Correspondência Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, CEP 13081-970, Campinas-SP. O *Jornal da Unicamp* é elaborado pela Secretaria Executiva de Comunicação (SEC) da Unicamp. Periodicidade quinzenal.

Pesquisa em Economia Comportamental avalia fatores que influenciam na opção de consumidores

Quanto custa a escolha por alimentos orgânicos?

Foto: Antonio Scarpinetti

FELIPE MATEUS
felipeom@unicamp.br

O que pesa mais na escolha dos consumidores em feiras ou supermercados? Vale a pena pagar mais caro por produtos sem agrotóxicos, que não oferecem riscos para o solo e a água e que beneficiam os pequenos produtores? Uma pesquisa de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, do Instituto de Economia (IE) da Unicamp, mostra que fatores como escolaridade, renda e acesso à informação são decisivos na opção de compra e na disposição para pagar por alimentos orgânicos.

O estudo foi realizado por Larice de Oliveira Ferreira, com orientação de Rodrigo Lanna da Silveira, professor do IE. Defendida em outubro de 2022, a tese baseia-se em estudos da área de Economia Comportamental, que vem ganhando destaque desde os anos 1970. A Economia Comportamental levanta questionamentos sobre até que ponto as decisões de agentes econômicos são movidas por condições estritamente racionais, investigando a forma com que fatores sociais, culturais e psicológicos podem interferir nessas decisões, levando em conta fatores que vão das relações de compra e venda até o planejamento econômico de empresas e instituições.

A pesquisa se concentrou na motivação por consumir tomates orgânicos, um dos vegetais de maior comercialização no país, segundo um levantamento da Associação de Promoção dos Orgânicos (Organis) do Brasil, e cuja produção convencional passa pelo uso de grandes quantidades de agrotóxicos. Por meio de um questionário online, respondido por 434 consumidores do Estado de São Paulo, foram reunidas informações sobre os aspectos socioeconômicos, os hábitos de consumo e os fatores determinantes na opção pela compra de alimentos orgânicos.

A constatação foi de que há uma relação direta entre os níveis de renda e de escolaridade com a adesão aos alimentos orgânicos. “A informação é extremamente relevante para influenciar no consumo e na escolha por pagar pelos orgânicos. A ausência de agrotóxicos e a preocupação com a saúde e o meio ambiente são determinantes nessa escolha”, resume Ferreira.

Os dados obtidos pelo levantamento mostram que 43,5% dos participantes têm nível escolar superior, 66% não possuem filhos, a média de idade deles é de 38 anos e a renda média, de R\$ 4.800 (com mediana de R\$ 2.750). Em relação aos hábitos de consumo, 55% consomem ou já consumiram produtos orgânicos e 54% afirmam ter conhecimento dos benefícios desses alimentos e da sua forma de produção. Entre as razões alegadas para consumir orgânicos, 47% citam a preocupação com a saúde, 44%, a ausência de agrotóxicos e 41%, a preservação do meio ambiente. Esses dados foram obtidos por meio de questões em que os entrevistados apontavam sua concordância ou não com afirmações como “produtos orgânicos são saborosos”, “produtos orgânicos promovem o uso saudável do solo e da água” ou “produtos orgânicos incentivam os pequenos produtores”.

Propaganda faz a diferença

A forma com que os alimentos orgânicos são apresentados aos consumidores também interfere na escolha de compra. Para que isso fosse observado Ferreira recorreu ao chamado efeito *framing*, segundo o qual agentes econômicos podem tomar decisões diferentes em relação ao mesmo produto dependendo da forma como ele é apresentado.

Os participantes da pesquisa foram divididos em três grupos para responder ao mesmo questionário sobre as impressões que tinham a respeito dos orgâni-



Consumidora efetua pagamento em feira de produtos orgânicos na região central de Campinas: renda e escolaridade são fatores que pesam na opção de compra

cos: o primeiro foi apresentado aos tomates orgânicos de forma neutra, apenas com a imagem do produto. O segundo recebeu um enquadramento positivo da imagem, com a certificação da produção orgânica e uma relação de seus benefícios. Já o terceiro grupo recebeu um enquadramento negativo, em que foram listadas as desvantagens da produção convencional de tomates, como o uso de agrotóxicos.

O resultado mostrou que o enquadramento negativo provou ser mais eficaz do que o positivo. Participantes que receberam informações ressaltando os aspectos negativos envolvidos no consumo de produtos convencionais demonstraram maior disposição a pagar por produtos orgânicos. Para o orientador, isso representa um avanço nas análises que utilizam o efeito *framing*. “Utilizar um *framing* negativo para o outro produto não é algo comum, mas a pesquisa confirmou que, quando aponto as limitações do concorrente, o efeito é mais eficaz”, explica Rodrigo Lanna.

Escolhas nem sempre racionais

O efeito *framing* é um dos chamados vieses que podem interferir nas escolhas de agentes econômicos e que vão além da relação custo-benefício. Outros podem ser o efeito manada, em que a pessoa é levada a agir pelo comportamento do grupo; a ancoragem, em que o consumidor toma por base um referencial de preço anterior à decisão de compra; os efeitos das normas sociais; e as chamadas causas heurísticas, tipos de atalhos adotados pelo cérebro. Nestes casos, importam as referências a fatos e informações recentes e referências a situações do passado (heurísticas da disponibilidade e da representatividade).

Todos esses são critérios utilizados por especialistas para trabalhar com a Economia Comportamen-

tal. Influenciada por conhecimentos da sociologia e psicologia e, mais recentemente, pela neurociência, o campo de estudos é marcado pelo dinamismo e obteve reconhecimentos importantes recentemente, como os prêmios Nobel de Economia concedidos ao psicólogo Daniel Kahneman, em 2002, e ao economista Richard Thaler, em 2017, ambos nomes de referência na área.

“A ideia de Daniel Kahneman é que tomamos decisões econômicas a partir de dois sistemas”, explica Lanna. “O primeiro é intuitivo, no qual a emoção interfere nas ações, o que pode levar a erros. Aqui, alguns atalhos mentais, que facilitam a tomada de decisão, são usados de forma inconsciente pelas pessoas. Já o segundo é mais elaborado, racional, em que o agente analisa melhor as questões antes de tomar sua decisão.”

Além de representar um avanço nas pesquisas em Economia Comportamental realizadas na Unicamp, o trabalho de Ferreira contribui de forma significativa para o desenvolvimento dos produtores de orgânicos no Brasil. Segundo dados de 2021 da Organis, o setor movimentou R\$ 6,5 bilhões no país, com crescimento de 12% em relação ao ano anterior. No entanto, os orgânicos brasileiros representam apenas 1% do mercado mundial, que chega a movimentar US\$ 145 bilhões por ano.

Ferreira considera que uma das constatações importantes é o efeito positivo do cuidado com a apresentação dos produtos e da certificação. A pesquisa pode, ainda, contribuir para a elaboração de políticas públicas que apoiem os produtores. Dados do Ministério da Agricultura mostram que o país conta com mais de 26 mil deles no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. “É interessante que isso seja identificado como um fator relevante, que influencia na decisão do consumidor, e que se passe a dar atenção à forma com que os produtos são apresentados.”

Aliados no combate ao câncer de boca

Professor da Unicamp é um dos autores de manual de prevenção da doença elaborado pela OMS

PAULA PENEDO PONTES
penedo@unicamp.br

A interrupção dos hábitos de beber e de fumar, combinada com um diagnóstico precoce, é a melhor forma de reduzir a incidência do e a morte por câncer oral. Essa é a principal conclusão do *IARC Handbooks Volume 19: Oral Cancer Prevention*, um manual de prevenção do câncer de boca elaborado pela Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (IARC, na sigla em inglês) da Organização Mundial de Saúde (OMS). O trabalho, que será disponibilizado em 2023, teve seus resultados mais importantes antecipados em um relatório do *The New England Journal of Medicine* e contou com a coautoria de Alan Santos-Silva, docente da Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP) da Unicamp.

Santos-Silva é um dos dois pesquisadores latino-americanos selecionados para participarem da produção do *Handbook*, que contou ainda com a contribuição de Luiz Paulo Kowalski, cirurgião oncológico da Universidade de São Paulo (USP). Especialista em estomatologia, área voltada a prevenir, diagnosticar e tratar doenças orais, o professor da FOP relata que, embora as conclusões pareçam óbvias, as políticas de saúde pública ainda falham quanto a essas medidas de prevenção. “Imagina-se que uma pessoa que bebeu ou fumou a vida toda não terá o risco diminuído se parar, mas o trabalho mostrou que poucos anos sem consumir esses produtos reduz de modo impactante as chances de ter a ou morrer da doença”, revela.

Para chegar a essa conclusão, a IARC reuniu um grupo de trabalho com 25 especialistas de 14 países que registram uma alta incidência de carcinoma oral, a 16ª neoplasia mais comum do mundo. Ao longo de 24 meses, os pesquisadores



Foto: Antoninho Perri

A ausência de sintomas no estágio inicial do câncer de boca é fator de atraso no diagnóstico

realizaram uma metanálise sobre estudos clínicos já publicados na literatura científica envolvendo centenas de milhares de pacientes e, entre outros dados, descobriram que, após quatro anos sem fumar, as chances de desenvolver a doença sofrem uma queda de 35%. Por sua vez, após 20 anos de abandono do tabagismo, os riscos se tornavam semelhantes ao de uma pessoa que nunca havia fumado.

Atualmente, a maior parte dos casos de câncer de boca no Brasil e no mundo é descoberta tardiamente, o que afeta as chances de sobrevivência. Enquanto pessoas diagnosticadas no início da doença têm quase 100% de possibilidade de se curar, para aqueles que descobrem a

doença no quarto estágio, as taxas são de apenas 25%. Além disso, explica Santos-Silva, mesmo quem responde bem ao tratamento, que inclui radioterapia, quimioterapia e cirurgias drásticas, acaba marcado por uma péssima qualidade de vida. “Falta saliva, elas não conseguem abrir a boca e a capacidade de se comunicar fica reduzida porque a língua também pode ter de ser removida cirurgicamente”, exemplifica.

Uma doença silenciosa

O principal motivo para o atraso no diagnóstico do câncer de boca é o fato de a doença não apresentar sintomas em seu estágio inicial, como dores ou sangramentos. Adicionalmente, os sinais de que o paciente pode estar em vias de desenvolver um tumor são frequentemente ignorados pelos profissionais da saúde, que não têm o costume de realizar o exame clínico oral mesmo em grupos de risco. De acordo com o docente Santos-Silva, as chamadas desordens orais potencialmente malignas, que só podem ser identificadas por um profissional bem treinado, são frequentes e antecedem quase todos os tipos de câncer de boca.

“É um exame que toma um minuto e que, se fosse feito nos pacientes de alto risco, de modo consistente por todo clínico, dentista ou médico, reduziria as taxas de morte drasticamente”, adverte. “Qualquer alteração de cor e textura na mucosa, como manchas brancas e vermelhas ou feridas que não cicatrizam em um período entre 7 e 14 dias, são sinais de que esse paciente deve ser encaminhado a um especialista”, aponta o docente, ressaltando que a

FERRAMENTA PROFISSIONAL

Os resultados obtidos pela metanálise embasaram a produção do *IARC Handbooks Volume 19: Oral Cancer Prevention*, que deverá servir como uma ferramenta de apoio a profissionais de saúde. Seu conteúdo traz uma série de protocolos com as melhores formas de intervir na prevenção da doença, incluindo maneiras de orientar os pacientes a reduzirem o consumo de tabaco e de álcool, especialmente o destilado, chamada de intervenção primária. Contém ainda informações sobre a realização do exame clínico oral, considerado a melhor forma de garantir o diagnóstico precoce, também conhecida como prevenção secundária.

A principal conclusão do grupo de trabalho envolvido no manual é que tão ou mais importante que políticas públicas de eliminação das causas é a atuação dos médicos e dentistas. “A indústria do tabaco, o lobby do álcool e a chegada do HPV nos fazem pensar que é hora de inverter os pesos e investir muito mais em divulgar conhecimento sobre a necessidade de examinar o paciente. Porque acabar com esses fatores depende de dinheiro público e de esferas mais difíceis de atuação para nós enquanto profissionais de saúde. Por isso, o exame físico talvez seja muito mais transformador para proteger essas pessoas com risco de câncer”, recomenda.

biópsia dessas desordens é a única forma de detectar o câncer de boca em seu estágio inicial, uma vez que não existem ferramentas de rastreamento para esse tipo de carcinoma.

No caso de países localizados na Escandinávia, América do Norte e Europa Ocidental, embora as políticas contra o comércio e propaganda tenham reduzido o consumo de tabaco e álcool nas últimas décadas, não se verificou uma redução da incidência da doença. O que o estudo da IARC validou é o fato de que o papilomavírus humano (HPV), mesmo tipo de vírus causador do câncer de colo de útero, é o responsável pelas altas taxas de carcinoma de boca nessa população, devido à prática de sexo oral desprotegido. No entanto, como o HPV é uma infecção não detectável, ela não apresenta os sinais potencialmente malignos, o que significa que o tumor é descoberto apenas quando já está em metástase para o pescoço.

Além disso, enquanto a doença quando causada por álcool e tabaco leva uma vida para se desenvolver, atingindo idosos a partir dos 65 ou 70 anos de idade, o câncer causado por HPV é uma doença de jovens, com pacientes com idade média de 40 anos. “E, aí, há outro impacto. Se reconhecemos que dentistas e médicos estão diagnosticando tardiamente mesmo pessoas que bebem e fumam, imagina a dificuldade que é para um clínico pensar que um jovem que não fuma ou bebe possa ter essa doença. Então, são pacientes diagnosticados muito tardiamente e que respondem muito mal em termos de sobrevivência”, lamenta.



Foto: César Maia / Divulgação

Alan Santos-Silva, docente da FOP: “É hora de inverter os pesos e investir muito mais em divulgar conhecimento”



Integrantes da família Ueno embarcam no navio Brazil-Marú, em 1956

IMIGRAÇÃO JAPONESA, do estranhamento à adaptação

Demógrafo analisa os três principais momentos de entrada de integrantes da comunidade no Brasil

LIANA COLL
lianavnc@unicamp.br

Do início do século XX ao final dos anos 1970, aproximadamente 430 mil japoneses e seus descendentes se estabeleceram no Brasil. O primeiro navio com imigrantes atracou em Santos (SP) em 1908, trazendo 165 famílias. A última embarcação chegou ao mesmo local em 1973. Os fluxos migratórios de japoneses desse período foram analisados por Thiago Bonatti em sua tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Demografia da Unicamp.

A pesquisa focou nos três principais momentos de entrada de japoneses no Brasil (de 1908 a 1924, de 1925 a 1941 e de 1952 a 1973). Bonatti analisou os componentes sociodemográficos, a dinâmica migratória e a distribuição espacial dos imigrantes, dedicando-se principalmente à entrada deles no Estado de São Paulo, para onde vieram em sua maioria. Ao longo desses 65 anos, os fluxos migratórios resultaram de acordos entre o Japão e o Brasil e acompanharam os contextos políticos, sociais e econômicos dos dois países.

O estudo perpassa os primeiros anos da imigração, trata de seu ápice nos anos 1930 e analisa o período do pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando o Brasil e o Japão romperam relações, causando momentos de tensão para os japoneses já estabelecidos no país. “Esse período da retomada das relações diplomáticas e das migrações é menos abordado [em pesquisas]. Isso me deixou curioso, porque eles [os migrantes] vinham em condições diferentes daqueles que emigraram antes da Segunda Guerra”, conta o demógrafo, que utilizou como fonte principal da tese um censo elaborado em 1958 junto à colônia japonesa.

Adaptação

Os imigrantes pioneiros chegaram com pouco conhecimento sobre como era o país de destino. Eles vieram devido a tensões sociais existentes no Japão e pela demanda por mão de obra no Brasil, contando inicialmente com subsídios do Estado de São Paulo para pagar pelos custos da viagem.

Segundo a pesquisa, tanto no primeiro como no segundo fluxo, os grupos eram formados por famílias, com membros jovens e com grande presença masculina, ainda que a presença feminina tenha sido significativa.

Os japoneses chegavam em grupos que variavam de tamanho, mas as famílias sempre deveriam ser compostas por três ou mais pessoas capazes de exercer um ofício, devido à regra das “três enxadas” do governo brasileiro, segundo a qual era necessário haver, em cada núcleo familiar, pelo menos três membros aptos ao trabalho.

Já a partir de 1925, passa a ser mais frequente a vinda de famílias mais extensas e com predominância de jovens abaixo de 19 anos. “Crianças com mais de 12 anos já eram consideradas mão de obra apta. Como, por vezes, os imigrantes não tinham filhos, eles incorporavam membros externos, que adotavam ainda no Japão, legalmente, para cumprir a exigência mínima de três pessoas. Chegando aqui, muitas vezes eles se separavam e tomavam rumos diferentes”, explica o pesquisador.

A vinda de grupos maiores, observa, também ocorreu pelo fato de essas famílias já terem informações fornecidas pelos primeiros imigrantes, algo tornado possível pela formação de uma rede de sociabilidade e de apoio. No terceiro fluxo, com o afrouxamento das restrições para a migração individual, diminuiu a entrada de famílias extensas. Esse período inicia-se com a retomada das relações diplomáticas entre o Japão e o Brasil, em um momento no qual outros países ainda não aceitavam os japoneses. A composição desse fluxo de imigrantes passa a contar com a presença predominante de homens entre 15 e 30 anos de idade e registra pessoas com maior qualificação.

“Como não havia, naquele momento, outros países que se dispunham a receber os japoneses, flexibilizaram-se as entradas individuais. Principalmente porque nesse perí-



A professora Ana Silvia Scott, orientadora, e Thiago Bonatti, autor da tese

Fotos: Divulgação



Família Anazawa em meados da década de 1930, pouco depois de sua chegada ao Brasil



Passaporte da família Anazawa em 1934

odo do pós-guerra já havia iniciativas de fazendeiros e proprietários de terra japoneses que se responsabilizavam por trazer essas pessoas”, aponta Bonatti.

Segundo o demógrafo, no caso dos dois primeiros fluxos, a ideia da maior parte dos imigrantes não era se estabelecer definitivamente no Brasil, mas levantar recursos e retornar ao Japão. As dificuldades encontradas aqui, no entanto, fizeram com que permanecessem. Devido à falta de apoio depois da chegada ao Brasil, alguns imigrantes buscaram alternativas para sobreviver, dentre as quais consta a criação de colônias, algumas sob a tutela do governo japonês, que fornecia condições mínimas de infraestrutura, saúde e educação aos japoneses. O passo seguinte foi a busca pelo acesso à propriedade e à ascensão socioeconômica.

Ao longo dos anos da migração, a comunidade japonesa enfrentou diversos desafios. Péssimas condições de trabalho nas fazendas, barreiras culturais e uma situação de crescente tensão durante a Segunda Guerra permearam o período analisado na tese. Nesse último momento, por exemplo, houve casos de fechamento de escolas japonesas e de ataques aos imigrantes. Além disso, movimentos políticos e ideológicos de conotação eugenista, que buscavam o branqueamento da população brasileira no período pós-abolição, tinham como modelo ideal o imigrante branco europeu.

“Nos debates parlamentares, o discurso dizia que os japoneses eram ‘inassimiláveis’ e não cumpriam o papel desejado do imigrante. Quando se pensa na imigração, é preciso pensar nas políticas de governo. Existia uma demanda por mão de obra, mas também uma ideia sobre quem era esse imigrante desejado”, observa a orientadora da tese, professora Ana Silvia Scott.

Tendo como objetivo a ascensão social e a melhoria de suas condições de vida, os japoneses, ressalta Scott, contribuíram para a formação de uma sociedade, a brasileira, composta por múltiplas nacionalidades.

“A migração japonesa tem essa importância de ter trazido outra realidade. O Brasil é um país multiétnico e eles foram um dos grupos que contribuíram para a formação dessa população.”

Atualmente, a maior comunidade de japoneses e descendentes de japoneses fora do Japão encontra-se no Brasil: são cerca de 2 milhões de pessoas, metade delas presentes no Estado de São Paulo. As influências podem ser percebidas em várias áreas, como agricultura, culinária, religião, ciências e esportes.

Clássico francês, cânone brasileiro



Foto: Divulgação

A tradutora Élide Valarini Oliver, professora da Universidade da Califórnia: "O provincianismo linguístico é um horror"

Ao ter acesso a duas das obras de François Rabelais (1490-1553) vertidas para o português por Élide Valarini Oliver, um renomado crítico disse que a tradução "fazia parte da literatura brasileira". Élide prefere manter em sigilo o nome do autor do elogio, sob o argumento de que não há registro escrito acerca do comentário. Revela, entretanto, que as palavras foram importantes para levar a cabo sua disposição em traduzir toda a obra do escritor francês, empreitada cujo início se deu na sua tese de doutorado, há mais de 30 anos.

A estudiosa, que é poeta e professora de literatura brasileira da Universidade da Califórnia, ganhou um Jabuti em 2007 por sua tradução de *O Terceiro Livro de Pantagruel* e acaba de receber o prêmio Paulo Rónai (Biblioteca Nacional) por *Gargantua* – as duas obras publicadas em coedição Ateliê e Editora da Unicamp. As premiações não apenas tiveram o condão de corroborar o juízo crítico do intelectual como colocaram as traduções de Élide no restrito rol de trabalhos canônicos na área.

Sobram razões para esse reconhecimento. A complexidade é a marca, em múltiplas dimensões, da ficção rabelaisiana. Para além do francês do século XVI, a lista de peculiaridades – gírias, citações, neologismos, trocadilhos, nuances vocabulares, entre outras – fez com que Élide encarasse desafios tidos por muitos como incontornáveis. Nesta entrevista, a tradutora revela como os enfrentou, aborda os critérios adotados em seu trabalho e fala sobre a atualidade do escritor francês.

ÁLVARO KASSAB
alkassab@unicamp.br

Jornal da Unicamp – Quais foram os critérios adotados na tradução das obras completas de François Rabelais?

Élide Valarini Oliver – Os parâmetros gerais foram sendo estabelecidos pelo que considero "bem traduzir", que é um critério ligado a uma noção estética no sentido mais próximo da etimologia dessa palavra, algo como uma harmonia total, um conjunto de elementos que agarram você por serem concisos, belos, proporcionados, bem delineados. Isso envolve, sobretudo, flexibilidade.

Não emprego teorias de fora para dentro, mas busco a fidelidade, de dentro para fora. Fidelidade, aliás, não é sinônimo de literalismo e nem de literarianismo, que são os extremos opostos dos perigos do traduzir. Fazer algo pedestre ou cair no clichê de "recriar" a toda hora, em vez de enfrentar um bom paralelismo ancorado no texto original. Para traduzir, é necessário, antes de mais nada, conhecer muito bem a língua para a qual se traduz em todos seus registros, variantes, etimologia, história, vocabulário, sintaxe. Sem isso, estamos às cegas.

A própria língua oferece criatividade suficiente. Fidelidade, no sentido em que emprego, é *mimesis*, isto é, imitar o máximo possível todos os aspectos do texto, como o tom, a voz, o ritmo; entrar na música do texto original. Não se pode nem aumentar e nem diminuir o volume aleatoriamente. Isso desequilibra o resultado. Não se pode cantar sozinho. Temos que fazer coro com o texto. Por isso, o tradutor deve, antes de tudo, ser um excelente leitor. Tem que compreender a obra.

JU – É possível exemplificar?

Élide Valarini Oliver – As *Memórias Póstumas de Brás Cubas* nas versões em inglês têm falhas bem claras, porque não há leitura e compreensão profunda da obra. Compreender em profundidade gera confiança nas soluções que encontramos. Saber várias línguas também ajuda. Isso cria uma rede que aumenta a confiança, quando não um cosmopolitismo, que é muito importante. O provincianismo linguístico é um horror, essa mania de traduzir até nomes próprios, por exemplo, João Sebastião Bach e coisas do gênero.

Uma coisa que não fiz, aliás, foi ler ou consultar traduções da obra para o português. Conhecer o latim e nem que seja o mínimo de grego ajuda muito, não só quando se traduz línguas latinas. Isso possibilita triangulações, pontes. Quanto mais voltamos no tempo, mais as línguas se parecem, e isso abre imediatamente possibilidades de tradução. Finalmente, existe também a dimensão ética. Nossa relação ética para com o texto é a obrigação de não trair, de não suprimir, de não in-

troduzir elementos que não se encontram no texto...

JU – Os métodos foram os mesmos em todos os livros? Foram necessários quantos anos de dedicação?

Élide Valarini Oliver – Então, os critérios não mudaram. O que mudou foi devido à prática de ficar conversando com o Rabelais por mais de 30 anos, isso porque a minha tese de doutorado, que depois se tornou livro, era sobre ele e James Joyce. Foi depois da tese que resolvi me aventurar na tradução. Comecei pelo *Terceiro Livro*. Não tinha internet e computador era apenas processador de texto. Deu um trabalho imenso consultar bibliotecas, e ainda mais no Brasil, com os recursos depauperados de sempre.

Gastei muito dinheiro importando livros que demoravam para chegar, e a dona da Livraria Francesa, com muita generosidade, me deixava consultar o que eu quisesse. Comecei pelo *Terceiro* porque, para quase todo o mundo, Rabelais só existe nos dois primeiros livros, *Pantagruel* e *Gargantua*. Quem me apoiou muito para me aventurar nessa loucura, nos meados dos anos 1990, foram o Mário Laranjeira e o Philippe Willemart.

Quando terminei, depois de quase dois anos, não havia meio de encontrar um editor que se interessasse ou se aventurasse a publicar. Desisti. Foi quando o saudoso João Alexandre Barbosa, que conhecia a tradução, a recomendou ao Plínio Martins Filho. Fui fazendo o resto da obra já fora do Brasil e com mais recursos de pesquisa. Tudo deu certo, finalmente. E os livros, fisicamente, falam por si mesmos. São um luxo. As coisas no Brasil custam a dar certo. Quando já haviam saído o *Terceiro* e o *Quarto Livro* do *Pantagruel*, me disseram que minha tradução "fazia parte da literatura brasileira". Esse juízo crítico, acompanhado da publicação, foi extremamente importante para mim. E veio o reconhecimento, com o Jabuti pelo *Terceiro*, e agora o prêmio Paulo Rónai, concedido pela Biblioteca Nacional, pelo *Gargantua*.

Na realidade, existem quatro livros envolvendo o personagem Pantagruel. O primeiro é o conhecido do público. Mas Rabelais foi desenvolvendo e transformando esse personagem na medida em que escrevia mais aventuras, e o *Terceiro* e o *Quarto* foram ficando cada vez



Ilustração: Gustave Doré/Divulgação

"Gargantua aprova a vida culta e livre da abadia", descreve a legenda da obra "O Primeiro Livro. A Vida Muito Horrífica do Grande Gargantua": para Élide, uma utopia cujo lema é "faça o que quiser"

mais filosóficos, e a sátira mais abrangentemente "séria". O *Quinto Livro* do *Pantagruel* é ainda menos conhecido do que o *Terceiro* e o *Quarto* e foi publicado postumamente. É fascinante, porque foi "montado" por um amigo dele, também médico, a partir de rascunhos que, se presume, ficaram ao menos em parte com a filha do autor. Espero que esse último volume saia logo.

Fiz também as *Prognosticações*, os *Almanaques* e um texto interessante chamado a *Sciomaquia*, em que Rabelais descreve uma festa em Roma. É o que falta sair. Aliás, adorei preservar o Sc inicial. A língua portuguesa perdeu muito com essa obsessão de casar a ortografia e a língua falada. Não tem nada a ver, na minha opinião. Como eu disse, *Pantagruel* vai se transformando ao longo da obra, e o autor também.

Ilustração: Gustave Doré/Divulgação



Pantagruel descansa depois de abater Fiseter: em nota, a tradutora pontua que o gigante "consegue ao mesmo tempo matar o Leviatã, derrotando o monstro, que é símbolo de Satã, e desmentir o Deus do Antigo Testamento, que dizia a Jô ser impossível vencer tal monstro"

JU – Como se dá essa transformação?

Élide Valarini Oliver – O *Terceiro Livro* foi o primeiro que Rabelais assinou com o nome próprio, sem o pseudônimo Alcofrybas Nasier, que é um anagrama de François Rabelais, como se escrevia então. É um livro difícil à sua maneira, pois todos os textos de Rabelais são difíceis de maneiras diferentes. Para o tradutor, os desafios também vão mudando. Em termos de vocabulário, tem de tudo na obra dele. Em cada livro, há listas de termos envolvendo peças de vestuário, arquitetura, aves, partes do corpo, tipos de jogos, montaria, armadura, navegação, pratos de comida, animais... na lista de animais venenosos, ele até cita a jararaca, nome que encontrou num livro de viagem da época. E os jogos de palavras intraduzíveis.

Havia dias em que eu ficava completamente esgotada lutando com um parágrafo apenas! Em compensação, com os muitos trechos divertidos, eu traduzia e ficava rindo alto sozinha... Evidentemente, não passei todos esses anos trabalhando só com a tradução do Rabelais.

Ítalo Calvino dá uma excelente definição do que é uma obra clássica. Ele diz, mais ou menos, o seguinte: que quando estamos lendo um clássico, tudo em volta vira apenas rumor, e quando não estamos lendo um clássico, ele é o rumor que fica sempre em torno de nós. É o que aconteceu comigo no caso do Rabelais. Quando eu não estava trabalhando com ele, ele ficava em torno, esperando.

JU – Quais os limites da fidelidade no caso da tradução de Rabelais?

Élide Valarini Oliver – O que me impeliu, durante todos esses anos, foi justamente o desafio da fidelidade. Sem isso, traduzir perde a graça. Se você, a cada desafio, suprime, adapta, inventa qualquer coisa, então não dá. Não faz parte do jogo da tradução. Esse jogo tem regras estritas, mas não escritas, sobretudo no caso do Rabelais, em que a quantidade de paronomásias e os mais incríveis jogos de palavras estão ligados umbilicalmente ao conteúdo do texto. Eu ia dormir com um trocadilho que não conseguia resolver, e de manhã, muitas vezes, encontrava

uma nesga de solução. Nem sempre funciona.

O famoso "intraduzível" só acontece na junção entre contexto, palavra, expressão ou voz. É aí que está o problema do tradutor. Muitas coisas ditas "intraduzíveis" são porque o tradutor não conhece a sua própria língua e as possibilidades que ela oferece.

O francês, antes do policiamento da Academia Francesa, era bastante livre e, em termos de ortografia, escrevia-se como se queria. Não muito diferente do português de então. Mas tem coisas mais evidentes, que é preciso manter: a sufixação peculiar do Rabelais, as rimas etc. Tudo o que fiz está bem explicado nas notas que inseri. Fiz uma tradução comentada, e meus comentários ajudam o leitor a entender os contextos da época e as referências contidas no texto.

Também incluí notas sobre tradução: explico os trocadilhos, *puns*, *calembours*, homofonias etc. Como faço nota sobre tudo isso, o leitor acaba com uma boa ideia de como Rabelais escreve em francês, mesmo que não conheça o francês do século XVI. Acho fundamental que a tradução mostre a paisagem que foi pintada em outra língua.

JU – E o lugar da oralidade nesse contexto?

Élide Valarini Oliver – A oralidade, quando se manifesta num texto de literatura, não apenas em Rabelais, é sempre o efeito de um texto escrito. É efeito de estilo. Para dar certo, precisa de elaboração retórica. Não pode ser cópia da linguagem falada, porque senão envelhece, como fotografia antiga. Ela é, portanto, um artifício literário. Precisa saber fazer. Não se pode, no entanto, confundir oralidade com retórica do espontâneo, que é o que Rabelais faz em certos trechos. Mas achar que ele só faz isso não tem nada a ver. Pelo contrário, ele mistura um estilo conversacional com uma prosa densa, aliás densíssima, recheada de citações e alusões clássicas.

JU – Como esses registros de linguagem podem ser classificados?

Élide Valarini Oliver – São muitos: erudito, enciclopédico, retórico... Ele vai do informal ao mais formal e mais técnico. Ele descreve, narra e conversa. Quan-

do se leem as poucas cartas que sobraram do autor, fica bem clara a diferença entre o Rabelais "de todo o dia", por assim dizer, e o Rabelais "escritor". As cartas são comunicações simples, despojadas. Quando ele está escrevendo literatura, a coisa muda completamente. Ele fazia frequentes revisões em seus textos e os recheava paulatinamente com trechos recopiados inventivamente dos grandes escritores clássicos; escrevia tendo os livros de Plínio, Plutarco, Aulus Gélius, Luciano e mais um bom número de escritores gregos e latinos ali, abertos na mesa; ele idolatrava o seu contemporâneo Erasmo e o citava para tudo.

A maneira pela qual ele trabalhava pode ser deduzida claramente nas modificações textuais que ele introduz nos trechos inacabados do *Quinto Livro*. É fascinante ver como ele trabalhava seus rascunhos! Na minha tradução do *Quinto livro*, copiei e traduzi em notas os trechos originais, como os de Plínio, de Francesco Colonna, do *Sonho de Polifilo*, para que os leitores tenham uma ideia do trabalho textual do Rabelais. Era um grande leitor, como todo grande escritor.

JU – A senhora diz que, para se traduzir Rabelais, "temos que ser rabelaisianos". Por quê?

Élide Valarini Oliver – É a mais pura verdade. Assim como, para se traduzir Shakespeare, temos que ser shakespearianos. Acho que é mais fácil entender isso do que tentar explicar... Mas é a experiência do total da obra, do "indizível" da obra, digamos assim, que precisa ser captada. Se a gente perde o ritmo, é porque, como o Gargantua quando pequenininho, pôs a carroça antes dos bois...

Isso ajuda sobretudo nos momentos em que é realmente impossível traduzir, em que o contexto é muito específico, e não dá para manter os trocadilhos que só ocorrem em francês e, muitas vezes, só no francês da época! Em outros momentos, o texto é feito de puro nonsense, sem contexto algum, e aí estamos num mato sem cachorro, nem gato, nem rato. É aí que a gente tem que virar rabelaisiana.

Sabe que, quando eu estava traduzindo o *Quarto Livro*, acabei decifrando duas coisas que nem os franceses tinham conseguido decifrar? Tudo por causa dessa mania de ir até o fim, até achar uma solução que faça justiça ao autor. Uma foi o uso do termo *cela*, que não é o usual *isso*, e a cujo respeito cada editor da obra ou se cala, ou chuta coisas que não têm nada a ver. Fiz uma pesquisa de etimologia, uma viagem entre línguas, e descobri que se trata de subitamente "tomar consciência de alguma coisa", tipo, "saquei"; "é isso"!

O outro problema dizia respeito a uma expressão que ele usa e que não se encontra em lugar algum em francês. Nesse caso, havia novamente um monte de chutes dos editores – ou silêncio. É a expressão "*contrefaire le loup em paille*": descobri que é ficar deitado, prestando atenção em tudo, mas fingindo que se está dormindo. Acabei escrevendo um artigo sobre isso, publicado na França.

JU – Em sua opinião, qual o lugar dos dois primeiros livros de Rabelais no conjunto de sua obra?

Élide Valarini Oliver – São livros que foram escritos sob pseudônimo, como eu disse antes. Rabelais, além de ex-franciscano e monge beneditino, era médico e fazia parte da *entourage* da poderosa família *du Bellay*. Ele achou melhor publicar os livros com o anagrama Alcofrybas Nasier. O primeiro livro, o *Pantagruel*, publicado em 1532, foi um sucesso, com diversas reedições. Aproveitando a onda, Rabelais publicou, após cerca de dois anos, o *Gargantua*. É como escrever a vida do Luke Skywalker, vender bastante, e depois lançar em seguida o livro sobre o pai dele, o Darth Vader.

Havia, aqui e ali, uma figura de um diabrete que punha sal na boca dos bêbados para que bebessem mais. Rabelais transforma totalmente o diabinho num gigante e o batiza de Pantagruel. Já a figura de Gargantua era uma coisa mais nebulosa, a evocação tem a ver com toponímia, dando nomes a algumas feições geográficas regionais na França; algo assim como o gigante adormecido da baía da Guanabara. A etimologia de *Garg* é misteriosa, mas por causa da proximidade com o latim e com garganta, Rabelais cria Gargantua.

Quase simultaneamente, apareceram livros anônimos sobre Gargantua, dentre os quais as *Grandes e inestimáveis crônicas do grande e enorme gigante Gargantua*, que hoje sabemos ter sido em parte escrito pelo próprio Rabelais. Mas esses dois livros já são bem diferentes entre si. Em *Gargantua*, Rabelais, no prefácio, sinaliza que o leitor deve fazer como o cachorro que fura o osso para chupar o tutano, isto é, buscar nutrição de outra ordem no livro, que não seja apenas humor.

JU – Quais são, em sua opinião, as diferenças entre os dois primeiros livros e as demais obras?

Élide Valarini Rugai – O *Terceiro Livro* sai muitos anos depois. Só é publicado em 1546, já assinado com nome próprio e com o título de doutor em medicina. Houve um período de incubação nesse meio tempo. A partir do *Terceiro*, o gigantismo físico já não importa mais. Interessa mais o gigantismo moral, e

Rabelais propõe o *panagruelismo*, uma filosofia baseada na virtude da *mediania*, a vida sem excessos e com tolerância.

Quem não leu Rabelais fica achando que a obra do autor promove os tais banquetes “panagruélicos” e esse clichê todo de orgias de vinho e comilança. O *Quarto Livro* traz uma crítica disso. Aliás, uma outra distorção muito comum é achar que Rabelais foi perseguido por causa de obscenidade. Claro que não. Os textos de Martin Luther e de Jean Calvin estavam recheados de linguagem e imagens obscenas, assim como os de Erasmo em suas polêmicas. Isso era comum.

Rabelais foi perseguido pelos teólogos da Sorbonne, que era, na época, uma escola de teologia, porque eles o viam como perigosamente reformista. E os reformistas, quando descobriram que Rabelais era apenas “reformador”, isto é, continuava católico, como Erasmo, começaram a atacá-lo também! Como Erasmo, confessadamente o modelo ideal, Rabelais condenava a venda de indulgências, a superstição, o fanatismo, a corrupção da Igreja e do papa. Assim, o coitado não agradava nem aos gregos, nem aos troianos. Isso fica bem claro com o *Quarto Livro*, uma sátira genial de tudo isso, num livro estruturalmente impecável! Aí está outro livro que tem muito a dizer ao mundo de hoje, em termos de tolerância, e que alerta contra ideologias fabricadas que, popularmente disseminadas, causam extremismo e violência.

JU – Qual a atualidade do escritor francês?

Élide Valarini Oliver – Ela está em muitos lugares. Como no exemplo que dei acima do *Quarto Livro*. Agora, veja, em *Gargantua*, a ironia maior está na atualidade do problema da guerra de invasão, como está acontecendo agora, com a Rússia invadindo a Ucrânia. E na crítica ao imperialismo, muito forte em Rabelais. Claro, trata-se de uma posição nacionalista do autor, no contexto da rivalidade entre o rei da França, François I, e o imperador do sacro império romano-germânico, Carlos V, que regia, na realidade, uma grande parte do mundo, inclusive as colônias espanholas nas Américas.

Mas Rabelais vai além da situação de seu tempo e cria uma tremenda sátira que serve para quaisquer tiranetes com pretensões de conquista e anexação a partir de justificativas espúrias. Ele cria a figura de Picrocole (do grego, bile negra), o reizinho iludido por sua mania de grandeza e rodeado de ambiciosos conselheiros de guerra, como o capitão Merdalha, que só lhe dizem o que ele quer ouvir e prometem que ele conquistará, com extrema facilidade, a Terra toda. É preciso dizer mais? O motivo dessa guerra de invasão é uma suposta ofensa dos camponeses do pai de Gargantua, Grandgousier, contra os padeiros de Picrocole. A guerra resolvida, e os inimigos tratados com dignidade (aqui se vê o idealismo de Rabelais...), o livro termina descrevendo uma utopia na Abadia de Thélème, em que o lema é “faça o que quiser”.

Evidentemente, essa utopia é um retrato da vida na corte da França. Mas fica o lema, que Rabelais tirou de Santo Agostinho.

Já o *Pantagruel* também lida com o tema da guerra justa e injusta, da luta pelo Bem e contra a barbárie do Mal, do invasor cruel. O ritmo e as peripécias do livro são proverbiais; não há capítulo deste livro que não tenha se tornado famoso: sua genealogia, sua ida a Paris, seu encontro com o personagem Panurge, que é uma das invenções mais criativas de toda a literatura ocidental, inspirado pelo *Baldo*, livro de Teofilo Folengo (outro beneditino escrevendo sob pseudônimo: “Merlinus Cocciaus”), que Rabelais adorava. A figura é intrigante, provocadora, controversa e anima toda a obra. Uma das coisas mais sensacionais desse primeiro livro é a querela judicial entre dois senhores, *Beijacu* e *Sorvepeido*. Foi um desafio tremendo traduzir, porque nem um nem outro sabe do que está falando. As palavras vão saindo sem contexto algum. O tradutor fica ali no ar. Mas é um feito de estilo cujos equivalentes só se encontram em textos muito posteriores. Uma mistura de *stream of consciousness* com *nonsense*.

O *Terceiro Livro* é uma discussão filosófica realmente profunda sobre a incerteza de nossas ações no mundo disfarçada de sátira e paródia. Panurge quer se casar, mas todos os prognósticos são negativos: vai apanhar da mulher, ser traído e roubado por ela. O episódio dos devedores e emprestadores tem muito a ver com nossas crises econô-



Capas dos quatro livros de Rabelais publicados pela Ateliê e Editora da Unicamp

micas; o problema de Panurge com relação às mulheres traz à tona problemas envolvendo papéis masculinos e femininos; há também uma sátira atroz da corrupção do sistema jurídico e judiciário. Precisa dizer mais?

JU – Na introdução do Quarto Livro, a sra. pontua que, “para se traduzir poesia, temos que ser tradutores-poetas” ou “poetas tradutores”. Em que medida?

Élide Valarini Oliver – É uma questão espinhosa. Há uma diferença entre essas duas posições. Nem todo poeta é bom tradutor e nem todo tradutor é poeta, bom ou mau. Mas traduzir poesia é muito difícil. Uma coisa que acho importante ressaltar é o grau de confiança, esse gesto quase inconsciente que o leitor deposita no tradutor. Sem isso, nada acontece, não há pacto de leitura. E, de tanto ver traduções de poesia que não me convencem, justamente por não confiar “no taco” do tradutor, e não apenas para o português, mas do e para o inglês, francês, italiano, espanhol, alemão etc., acabei ficando que nem o Nabokov, que, ao ver péssimas traduções do Pushkin, achava que a única solução era traduzir o mais literalmente possível, palavra por palavra.

Com línguas que não conheço, penso assim também. Por favor, me deem uma tradução interlinear, palavra por palavra, e deixem comigo, que eu faço a minha tradução... Talvez seja assim porque também escrevo poesia. Mas essa minha posição tem muito a ver com o que mencionei acima, quanto à preferência por traduções que sejam pontes para a língua original. Quando não vejo a ponte, quando querem me “enganar”, fazendo de conta que o autor escreveu na minha própria língua, aí não gosto. Tem que levar em conta não apenas as palavras, mas o contexto cultural. “Salada de batata” evoca coisas diferentes para um brasileiro, um francês, um americano. Por isso, é difícil traduzir.

JU – Qual o lugar da poesia em seu trabalho intelectual?

Élide Valarini Oliver – Acho que, sem a poesia, não conseguiria sobreviver no mundo acadêmico. E, por incrível que pareça, não sei como sobrevivi, porque minha forma de trabalhar intelectualmente é devedora de associações que me vêm da poesia. Meus livros e artigos são escritos, na maioria, a partir de associações que me vêm dessa perspectiva. Ela informa toda a minha maneira de ser. Mesmo que não esteja escrevendo, é essa a forma que tenho de viver no mundo.

JU – E dos ensaios?

Élide Valarini Oliver – Pois é, é isso. Só consigo escrever sobre coisas que me interessam, mas muita coisa me interessa. Não é à toa que gosto do Rabelais. Tenho curiosidade sobre tudo no mundo, e uma coisa leva à outra. Por isso mesmo, a minha abordagem para com a literatura é sempre interdisciplinar, porque vem dessas conexões que acontecem melhor quando a perspectiva é esteticamente informada. Escrevo sobre temas que perpassam tanto a literatura quanto as artes visuais, a música, a filosofia.

Meu livro *Joyce e Rabelais: Três Leituras Menipeias* nas-

ceu assim. Das minhas reflexões sobre Machado de Assis, nasceu o *Variáveis sob a mesma luz: Machado de Assis repensado*. Isso aparece também em meus artigos. A literatura comparada, para mim, é a única forma de se entender literatura. Mas há uma parte da academia que é careta, infelizmente. Não sei se uma carreira assim teria tido sucesso em outro lugar que não a Universidade da Califórnia, nesse campus específico de Santa Barbara, onde sou professora titular de literatura brasileira e comparada, porque aqui há um incentivo, na área de Humanas, para a interdisciplinaridade.

Uma atividade que igualmente adoro é editar o *Santa Barbara Portuguese Studies*, um jornal de artigos acadêmicos internacional, em linha, que, aliás, acaba de homenagear, com um número especial, os 90 anos de Augusto de Campos. Acabamos de lançar outro volume para os 100 anos de João Cabral de Melo Neto, e os 100 anos do Modernismo no Brasil, e estamos preparando um número em homenagem ao Alfredo Bosi.

Apesar da reviravolta da pandemia em nossas vidas e, no meu caso, de um tratamento seríssimo de saúde no meio de tudo isso, o que me salvou foi justamente continuar escrevendo, mesmo com as bibliotecas fechadas. Acabo de escrever um livro que se chama *O Vêu da Natureza: Romantismo, Nacionalismo, Modernismo*, em que trago a questão do desvendamento dos segredos da natureza pela ciência e pela literatura, abordando a centralidade do descritivo nas formas de conhecimento da natureza, seja pela ciência (os naturalistas no Brasil e nas Américas), seja pela arte e pela literatura. Escrever esse livro no ano passado, com bibliotecas ainda fechadas, foi um grande desafio. É uma ilusão achar que “tudo” está na internet. O sistema de intercâmbio internacional de bibliotecas foi paralisado, os livros de que eu precisava não chegavam.

O livro é uma forma de reavaliar o modernismo brasileiro sob ângulos diferentes. Nisso, entram na discussão a filosofia da ciência, a estética, Kant, Schelling, Alexander von Humboldt, Schiller, Goethe, Machado de Assis, Mário de Andrade, Jean de Léry, Guimarães Rosa, Koch-Grünberg, Chateaubriand, Gonçalves Dias e muitos outros; tem tudo a ver com um repensar do Modernismo e do nacionalismo.



Retrato idealizado de Rabelais

Leia, na edição online do *Jornal da Unicamp*, o artigo “Relato pessoal da minha história de leitura de Gargantua e Pantagruel”, da professora Ana Cláudia Romano Ribeiro.

QUEM É Élide Valarini Oliver é professora de literatura brasileira e comparada da Universidade da Califórnia, Santa Barbara. É diretora do Centro de Estudos Portugueses e editora do *Santa Barbara Portuguese Studies*. É autora de *Joyce e Rabelais: Três Leituras Menipeias* (2008) e de *Variáveis sob a mesma luz: Machado de Assis repensado* (2012). Seu mais recente livro (a sair) é *Vêu da Natureza: Romantismo, Nacionalismo, Modernismo*. É autora, ainda, de *Campo Ceifado Agora* (2002), uma coleção de poemas, e do inédito *Essa quintessência do pó/ This Quintessence of Dust*, bilíngue (a sair). Tradutora das Obras Completas de François Rabelais, ganhou o prêmio Jabuti (*Terceiro Livro*) e o prêmio Paulo Rónai da Biblioteca Nacional (*Gargantua*). Ganhou também duas vezes o prêmio internacional de Monografias do Itamaraty por trabalhos sobre Machado de Assis e Lima Barreto.

Tecnologia identifica a presença de agrotóxicos em legumes e hortaliças

Fotos: Felipe Bezerra



A plataforma identifica os marcadores de agrotóxicos e mapeia as substâncias naturais e benéficas dos tomates

Traços de agroquímicos foram encontrados em cerca de 30% de tomates certificados como orgânicos

LIANA COLL
lianavnc@unicamp.br

Será que tudo que é vendido como alimento orgânico é realmente orgânico? Visando responder essa pergunta, um grupo de pesquisadores da Unicamp desenvolveu uma plataforma que permite identificar a presença de agrotóxicos em tomates. Utilizando inteligência artificial, foi constatado que aproximadamente 30% das amostras dos tomates certificados como orgânicos contêm traços de resíduos químicos. Agora, os cientistas querem extrapolar a análise para outros alimentos e desenvolver um chip para tornar o teste acessível aos produtores e consumidores.

A pesquisa foi realizada por professores e pós-graduandos da Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF) e resulta também de uma parceria anterior com o Instituto de Computação (IC). A união entre as áreas possibilitou a combinação de dois métodos: o uso do espectrômetro de massa, que mede o peso das moléculas, e o aprendizado de máquinas – ramo da inteligência artificial –, que permitiu a criação de um modelo para a identificação das substâncias.

A tecnologia resultou em um processo rápido de mapeamento das moléculas. Após a coleta do material na região do pedúnculo do tomate por meio de uma placa de silício, a amostra é colocada em uma solução dentro de tubos e vai para o espectrômetro. As substâncias coletadas são identificadas usando inteligência artificial. Tudo isso é feito em aproximadamente dez minutos.

Além de identificar os marcadores de agrotóxicos, a plataforma também mapeia as substâncias naturais e benéficas dos tomates, como licopeno, betacaroteno



O professor Rodrigo Catharino: "Tudo isso gera um conjunto extremamente específico e robusto para dizer se determinado legume ou hortaliça é orgânico ou não"

e vitamina C. A pesquisa deu origem à dissertação de mestrado de Arthur de Oliveira, orientada pelo professor Rodrigo Catharino. Coordenador do Laboratório Innovare de Biomarcadores, onde o estudo é realizado, o docente explica que, na análise, não são procurados alvos específicos. A presença das moléculas é encontrada no processo.

É como se fosse uma atividade de mineração, explica o pesquisador. "Depois da 'mineração', escolhemos as substâncias e voltamos para o processo para fazer outros testes, como por exemplo o realizado dentro do espectrômetro. O objetivo é assegurar que realmente se trata daquela molécula e se isso faz sentido do ponto de vista químico. Tudo isso gera um conjunto extremamente específico e robusto para dizer se determinado legume ou hortaliça é orgânico ou não."

Certificação

Catharino aponta que o tomate foi escolhido por ser uma das principais culturas do Brasil e por concentrar os agrotóxicos no pedúnculo, tornando mais fácil a análise. Para a pesquisa, foram coletadas 80 amostras de tomates orgânicos e 80 de não orgânicos da região de Campinas (SP).

Um dos agrotóxicos encontrados nas amostras foi o Carbendazim. O produto é um dos mais utilizados no

país, que é o recordista mundial em uso de defensivos químicos. Em 2022, o Carbendazim foi proibido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Há um calendário para a sua gradual eliminação, mas um projeto de Decreto Legislativo busca reverter a decisão. Associada ao risco de câncer, a substância já é banida em diversos países.

"Na nossa pesquisa, encontramos produtos certificados como orgânicos com marcadores de normal [com agroquímicos]. Ou seja, aquele que está certificado nem sempre é orgânico, o que era uma suspeita que tínhamos desde o começo. Cerca de 30% das amostras dos orgânicos não são. Esse não é um número baixo e isso mostra que existem falhas na certificação que podem ser sanadas com essa tecnologia, desenvolvida no próprio país", avalia.

Futuramente, o professor espera que haja uma interlocução com os órgãos de certificação para que a plataforma desenvolvida ajude a assegurar que quem procura um produto orgânico, de fato, esteja comprando um alimento sem agroquímicos.

"Nós gostaríamos de um dia transferir essa tecnologia para os órgãos fiscalizadores. Por isso, buscamos ampliar essa pesquisa e descobrir novos caminhos. Com as tecnologias desenvolvidas, podemos ajudar tanto o agronegócio como também a fiscalização e a regularização. Hoje, as pessoas buscam mais qualidade na alimentação, e isso passa pelo setor agropecuário. Podemos ajudar na certificação de diversos produtos", diz.

Além de poder ser utilizada em qualquer cultivo agrícola, a plataforma desenvolvida pode, também, ser extrapolada para outros tipos de alimento. No caso das carnes, por exemplo, pode ser verificado se houve sofrimento por parte do animal. Essa é uma das possibilidades levantadas por Catharino.

"Se um determinado animal é machucado, ele deixa marcadores de estresse e, ao fazer as perguntas corretas dentro da tecnologia que temos disponível, isso pode ser identificado. São possibilidades que temos a oferecer aqui nos laboratórios da Unicamp. Estamos, agora, na fase de exploração e de formulação de novas perguntas para, então, desenvolver caminhos novos."

O estudo que deu origem à plataforma foi publicado em uma das mais prestigiadas revistas da área, a *Food Chemistry*, sob o título "Tomato classification using mass spectrometry-machine learning technique: A food safety-enhancing platform".



Livro desvela aspectos históricos de pesquisas em neutrinos solares

Estudos sobre essas partículas são fundamentais para compreender o que acontece no interior do Sol

BEATRIZ BURGOS
Especial para o Jornal da Unicamp

Neutrinos solares são partículas elementares sem carga elétrica e de massa muito pequena produzidas na fusão de prótons no Sol. As pesquisas sobre essas partículas são importantes para entendermos mais sobre o astro e suas propriedades. No livro *Neutrinos solares e o método científico*, lançado pela Editora da Unicamp, o autor Pedro Cunha de Holanda, professor do Instituto de Física “Gleb Wataghin” (IFGW) da Unicamp, recorre às pesquisas em física de neutrinos para reportar controvérsias acerca do método científico, abordando tópicos como falseabilidade de hipóteses e valores na ciência. O livro tem, portanto, dois enfoques paralelos, uma vez que intercala o apanhado histórico com discussões pontuais acerca da Filosofia da Ciência.

Jornal da Unicamp – Como e por que nasceu seu interesse pela pesquisa em neutrinos?

Pedro Cunha de Holanda – Eu já estava cursando o terceiro ano do bacharelado em Física na Unicamp quando me matriculei em uma disciplina eletiva sobre a física de partículas elementares, lecionada pelo professor Marcelo Guzzo. Acredito que fui fisgado pela beleza do formalismo matemático e pelo fato de essa área de pesquisa tentar responder a questões realmente fundamentais. Guzzo acabou se tornando meu orientador de pós-graduação e, como ele trabalha com neutrinos, acabei me envolvendo também com essa partícula.

JU – Como foi o processo de escrita do livro?

Pedro Cunha de Holanda – A ideia de escrever o livro começou pelo meu interesse em me aprofundar nos fundamentos do método científico e, aos poucos, comecei a colocar alguns elementos de Filosofia da Ciência em meus seminários de divulgação. Sempre que eu lia algo sobre isso, percebia que a pesquisa em neutrinos solares fornece ótimos exemplos ilustrativos. Daí a ideia do livro surgiu, mas ficou hibernando por algum tempo.

Foi com a pandemia, recluso em casa, que pude dedicar um tempo maior à escrita. Grande parte do processo de escrita foi tomada pela leitura de textos de Filosofia da Ciência e uma busca por detalhes históricos das pesquisas em neutrinos solares. Como não tenho muita experiência em escrever textos longos de divulgação científica, houve muitas idas e vindas até encontrar o melhor formato e o



O físico Pedro Cunha de Holanda, autor do livro: “Percebi que a pesquisa em neutrinos solares fornece ótimos exemplos ilustrativos”

encadeamento de ideias que eu pretendia apresentar.

JU – A obra é instrutiva e acessível, de linguagem clara e não hermética. Qual é seu público-alvo?

Pedro Cunha de Holanda – Fico muito feliz com essa observação. Acredito que o público-alvo principal sejam as pessoas com interesse em ciência, mesmo as que não possuem, necessariamente, um treino formal na atividade científica. A leitura de um livro de divulgação científica permite ao leitor um tempo para refletir sobre temas complexos, além de se aprofundar em temas de pesquisa atuais. Com *Neutrinos solares e o método científico*, desejo também dar ao leitor que tem vontade de se aprofundar em um texto de divulgação uma opção de fazê-lo com mais calma.

JU – O Brasil participa de um dos maiores projetos científicos da atualidade (Dune – Deep Underground Neutrino Experiment), que tem como objetivo descobrir novas propriedades dos neutrinos. Quão promissora é a pesquisa brasileira em neutrinos?

Pedro Cunha de Holanda – Os experimentos de neutrinos são de uma escala que faz com que esses projetos quase sempre sejam conduzidos conjuntamente por vários institutos de pesquisa de diversos países diferentes. Por isso, a inserção internacional é fundamental para fazer pesquisa experimental nessa área.

Os grupos brasileiros têm alcançado essa internacionalização e são parte integrante de várias colaborações experimentais. Eu diria para os jovens pesquisadores brasileiros que a pesquisa em neutrinos é promissora.

Estamos atravessando um tempo em que o financiamento requer atenção, mas vejo com otimismo a retomada desse cuidado das agências de fomento brasileiras com a pesquisa fundamental.

JU – O senhor acredita que os programas de pesquisa em neutrinos poderão, em breve, obter respostas para questões que continuam em aberto?

Pedro Cunha de Holanda – Algumas das questões em aberto em física de neutrinos devem ser respondidas pelo Dune ou por outros grandes experimentos, como o Hyper-Kamiokande ou o IceCube. A comunidade científica já sabe o que deve fazer e está com a perspectiva de obter essas respostas na próxima década.

Outras questões, porém, ainda se colocam como enigmas, como o problema dos neutrinos de reatores ou os indícios de uma quarta família de neutrinos. Esses problemas são mencionados no livro. Acredito que na próxima década teremos uma compreensão melhor desses enigmas, mas não me arrisco a apontar se as soluções virão da constatação de problemas nos experimentos ou na formulação de boas hipóteses teóricas. Esse é o encanto da pesquisa científica: se já soubéssemos a resposta, não teríamos razão para continuar pesquisando.

JU – Seu livro poderá despertar o interesse de jovens pela área e contribuir para a continuidade das pesquisas no país?

Pedro Cunha de Holanda – Espero que sim. Eu diria que atrair pesquisadores para a física de neutrinos não é o principal objetivo do livro, mas sim, como você colocou na sua pergunta, criar no leitor o interesse pelas grandes questões científicas. Esse envolvimento nem precisa ser profissional, pois um letramento em questões científicas por parte da população que não faz ciência é tão fundamental quanto produzir bons pesquisadores. Resumindo, em momentos de maior pressão, eu gostaria que o livro contribuísse para que o ato de fazer ciência continuasse sendo uma atividade valorizada em nossa sociedade por todos, sejam profissionais da área ou não.

Título: Neutrinos solares e o método científico

Autor: Pedro Cunha de Holanda

Páginas: 160

Formato: 16x23cm

Editora da Unicamp

LANÇAMENTOS



NOVOS HORIZONTES DO BRASIL NA QUARTA TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL

Marcio Pochmann

Páginas: 176

Dimensões: 16 x 23 cm



AS LEIS

Marco Túlio Cícero

Tradução e notas:
Bruno Fregni Bassetto

Páginas: 296

Dimensões: 15 x 21 cm



SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES ANALÓGICAS E DIGITAIS

Getúlio Antero de Deus Júnior

Páginas: 256

Dimensões: 21 x 28 cm

QUAL O TAMANHO DO MUNDO SEM DIREITOS?

Projeto pode resultar na formulação de políticas de regulação para trabalhadores em plataformas digitais

TOTE NUNES
tote@unicamp.br



Na foto acima e na da parte inferior da página, protestos de trabalhadores de plataformas digitais: questionário vai fundamentar ações

A Unicamp vai integrar um projeto pioneiro do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujo objetivo é traçar um diagnóstico inédito sobre o trabalho feito a partir de plataformas digitais no Brasil. Um termo de cooperação foi assinado entre as instituições para a criação de um módulo na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) sobre Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) relacionado exclusivamente ao trabalho em plataformas digitais, como Uber, iFood e Rappi, entre outras.

Na Unicamp, participarão do projeto pesquisadores do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit), cujo diretor é o professor José Dari Krein, e do grupo “Mundo do trabalho e suas metamorfoses”, liderado pelo sociólogo Ricardo Antunes, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).

O questionário a ser aplicado para fundamentar as ações foi elaborado pelos especialistas da Unicamp em conjunto com o MPT. Seus resultados deverão se desdobrar em inúmeras pesquisas que poderão servir de base para eventuais ações de regulação desse mercado, hoje absolutamente desigual, avalia Krein. “A ‘uberização’ criou um mundo sem direitos e instalou a barbárie nas relações de trabalho no Brasil”, diz.

De acordo com o docente, o mundo do trabalho no Brasil vive hoje seu pior momento desde a década de 1940. Esse mundo conta com um excedente de 60 milhões de pessoas que querem trabalhar, mas não encontram ocupação. É um mundo de trabalhadores informais – em um contexto de crescente flexibilização e precarização –, cenário esse que vem sendo amplamente explorado por empresas, particularmente aquelas que atuam a partir de plataformas digitais.

Na avaliação de Krein, o cenário desolador para o trabalhador brasileiro é resultado do processo de regressão da estrutura produtiva e das ondas de reformas trabalhistas realizadas nos últimos anos, “que caminharam no sentido da desconstrução de direitos”, deixando reduzido o poder de barganha dos que trabalham. “Para sobreviver em um contexto tão adverso, as pessoas se sub-

metem a trabalhar muitas horas a mais por dia, fator que joga a favor das empresas”, afirma

Ao longo do século 20, houve um movimento de construção de direitos e de mecanismos de proteção social para os trabalhadores, impondo limites sobre como as empresas poderiam utilizar a força de trabalho, em um processo que o sociólogo inglês Richard Hyman denominou de “desmercadorização” – fenômeno caracterizado por salário-mínimo, limite de jornada máxima, folga remunerada, possibilidade de afastamento com remuneração em caso de doença, seguro para o desempregado. “Ou seja, havia um processo de desmercantilização da força de trabalho”, lembra o pesquisador da Unicamp.

Ainda segundo Krein, o contexto mundial do trabalho começou a mudar nos anos 1980 e, no Brasil, mais especificamente, nos anos 1990. “Tende a prevalecer, especialmente a partir de 2015, uma campanha sistemática contra os sindicatos, contra qualquer forma de organização coletiva, greves e mobilizações. Isso foi construído socialmente”, afirma o especialista. “A gente está vivendo, hoje, um período em que as forças conservadoras ganharam expressão militante na sociedade. E, nesse sentido, a força de trabalho no Brasil vive o pior

momento dos últimos anos”, acrescenta. É nesse terreno que se abre espaço para essas empresas de plataforma organizarem suas atividades.

“As empresas conseguem se viabilizar, sem precisar de capital”, argumenta Krein. “Quem fornece o capital é quem presta o serviço para elas. Ou seja, você tem uma inversão. Se, por exemplo, o segmento de transporte por aplicativo entra em crise, o risco é do motorista e não do dono da plataforma”, explica. “É o sujeito no mercado de trabalho sem nenhuma proteção, sem nenhum direito. Esse é o mundo que as plataformas tentaram explorar no bojo das reformas trabalhistas. Isso é o que o presidente Jair Bolsonaro diz ser o padrão de regulação do trabalho que ele imagina para o país. É o mundo da informalidade, um mundo sem direitos”, diz.

Nas pesquisas realizadas por Ricardo Antunes na Unicamp, há relatos de jornadas de até 16 horas por dia. E essa jornada extenuante tem um motivo claro. “Na informalidade, se o trabalhador para, ele não come. Simples assim. Esse é o tamanho do flagelo que temos no Brasil, um mercado de trabalho com 40% [das pessoas] na informalidade”, destaca Antunes. “E aqui reside uma questão crucial. Esses são trabalhadores assalariados ou são empreendedores

autônomos como propõem as plataformas?”, questiona. “É ele quem escolhe a tarefa que vai desempenhar, seu salário e renda? Um eletricitista autônomo, por exemplo, decide o quanto vai cobrar e quando poderá prestar o serviço. Os trabalhadores de plataforma têm essa autonomia?”, indaga Antunes.

“O que acontece, na prática, é que eles precisam cumprir metas: têm de pagar o carro, a moto, a bicicleta, celular, internet, mochila, todos itens essenciais nesse tipo de trabalho”, pondera o pesquisador que, na parceria entre Unicamp, MPT e IBGE, é o responsável pela organização e análise de dados.

Para a pesquisadora Ludmila Abílio, colaboradora do Cesit, esses trabalhadores vivem constantemente sob chantagem. “As empresas dizem: se isso ficar desinteressante, nós vamos embora. Se não houver reforma trabalhista, não haverá emprego”, diz. Na opinião dela, os serviços baseados em plataformas digitais podem e devem ser regulados. Mas faz uma ressalva: “O modelo de regulação tem de ser construído juntamente com os trabalhadores”. De acordo com um levantamento feito pelo Cesit, em 2019, havia 65 projetos de regulamentação em tramitação no Congresso, mas nenhum avançou até o momento. A estimativa é de que o número de “plataformizados” – como são chamados esses trabalhadores – esteja próximo de 1,5 milhão de pessoas no Brasil atualmente.

Questionário

A pesquisa na PNAD Contínua sobre Tecnologia da Informação e Comunicação conterà perguntas sobre a relação dos motoristas e entregadores com as plataformas digitais; sobre como os aplicativos influenciam na forma de trabalho e no rendimento das categorias; a forma de distribuição de corridas e entregas; se há dedicação exclusiva a essa forma de trabalho; como se dá a formação de preços; quais as estratégias de promoção dos aplicativos; como funcionam os programas de bonificação e de avaliação dos trabalhadores; e a duração da jornada de trabalho. A cooperação surgiu a partir da atuação do MPT em Campinas envolvendo o trabalho nas plataformas digitais, sob responsabilidade dos procuradores Clarissa Ribeiro Schinestzck e Mario Antonio Gomes.



As origens da América

Livro reúne coleção de arte pré-colombiana de Rogério Cezar de Cerqueira Leite



FELIPE MATEUS
felipeom@unicamp.br

Quando Cristóvão Colombo chegou ao Caribe, em 1492, dando início ao domínio colonial europeu nas Américas, o que havia no continente estava longe de ser um novo mundo a ser explorado. Uma rica diversidade cultural existia por aqui, algo que se manifesta na herança dos povos originários presente em elementos imateriais, como os saberes ancestrais e o folclore, e em artefatos que revelam como as sociedades organizavam seus próprios mundos.

Fragmentos desse universo cultural estão reunidos no livro *Arte e Arqueologia da América Indígena*, lançado em parceria pelas editoras Splendit PUC-Campinas e da Unicamp. Organizada por Alexandre Guida Navarro e Denise Cavalcante Gomes, a obra apresenta a coleção de arte pré-colombiana de Rogério Cezar de Cerqueira Leite, professor emérito da Unicamp e um dos fundadores de unidades como o Instituto de Física "Gleb Wataghin" (IFGW), do qual foi diretor por duas vezes, e o Instituto de Artes (IA), que também esteve sob seu comando.

O livro reúne fotos, descrições e análises de 794 artefatos, dos quais 599 são peças inteiras e 195, fragmentos de estatuetas, esculturas, vasos e peças de cerâmica das Américas. São peças originárias de civilizações como os Olmecas, Astecas e Maias, do México e América Central; o Império Inca, no Peru; e os Mapuche chilenos. Dos povos originários do território brasileiro, a coleção reúne artefatos dos povos Marajoara, Pocó, Mazagão e Tupi-Guarani.

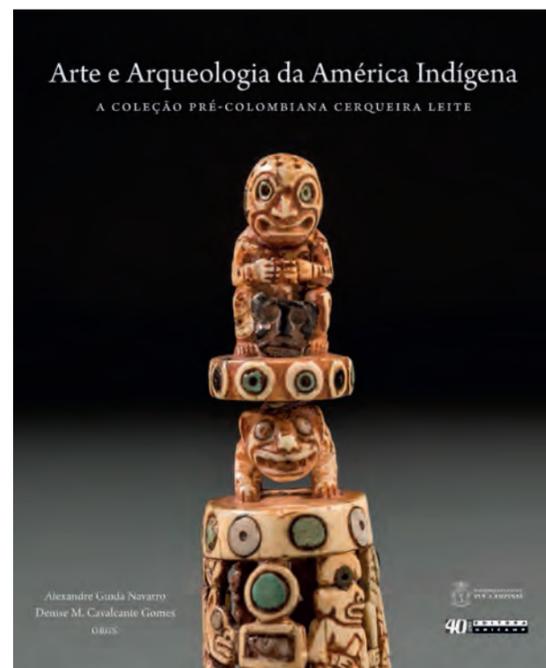
Textos introdutórios de historiadores, antropólogos e arqueólogos enriquecem a leitura, com análises sobre os ensinamentos que as cosmologias pré-colombianas podem trazer à sociedade contemporânea. Professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, Pedro Paulo Funari argumenta a respeito da importância da coleção como prova da diversidade presente na América Latina. Entre os artigos da publicação, Denise Gomes reflete sobre o simbolismo de gestos e danças retratados nos artefatos. Já Alexandre Navarro explora algumas das mais novas perspectivas dos estudos arqueológicos, que põem de lado a ideia de uma supremacia humana frente a outros seres. Nas palavras do organizador, trata-se de "um enfoque de um ser humano 'humilde' e mais companheiro de outras espécies que também povoam o mundo". O prefácio foi escrito por Marcelo Knobel, ex-reitor da Unicamp.



Fotos: Divulgação



Algumas das peças da coleção de arte pré-colombiana de Cerqueira Leite: livro reúne fotos, descrições e análises de 794 artefatos



A capa do livro: parceria editorial inédita

Arte e ciência

A extensa carreira de Cerqueira Leite não ficou restrita aos muros da Unicamp. Doutor em Física de Sólidos pela Universidade de Paris-Sorbonne (França), ele lecionou também no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), na própria Sorbonne e foi pesquisador da Bell Laboratories, nos Estados Unidos. Hoje, é presidente de honra do Conselho de Administração do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM). Apesar de uma atuação próxima da engenharia e das ciências em geral, sua ligação com as artes manteve-se permanente. "Sempre tive um grande interesse por música, antes mesmo de manifestar meu apreço pelas artes plásticas. Ter uma grande ligação com as artes visuais, com o teatro, com a música é algo natural para mim."

Para ele, o apreço pelas artes aprimora a produção científica. "O pesquisador que tem uma formação humanística ampla consegue fazer ciência com mais ideias progressistas, tornando-a mais humanista", afirma. Hoje, seu grande acervo, formado ao longo de mais de 40 anos, inclui itens chineses, indianos, africanos, sírios e da Oceania, somando em torno de 4 mil artefatos.

Os reitores da Unicamp e da PUC-Campinas (Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Antonio José de Almeida Meirelles e Germano Rigacci Junior, respectivamente, celebram a parceria editorial inédita e ressaltam a importância da obra para a difusão cultural. Eles também enfatizam o papel de Cerqueira Leite no desenvolvimento científico da região de Campinas, que sempre beneficiou as duas instituições. "Este livro é uma prova inequívoca de mais uma faceta de Cerqueira Leite: seu amor pelas artes em geral. Ao descortinar ao leitor parte de seu rico acervo amalhado durante décadas, o cientista faz jus ao seu papel histórico e acadêmico", afirmam os dirigentes em carta publicada no livro.